



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo o Relatório da revisão intercalar do sector do jogo, as receitas da exploração de jogos de fortuna ou azar têm vindo a ocupar uma taxa igual ou superior a 90 por cento; verifica-se que, em 2014, as receitas das três concessionárias estiveram acima de 95 por cento. Registou-se um aumento do número de trabalhadores em actividades correlativas não jogo, os quais, em 2002, representavam 8 por cento do total de trabalhadores das concessionárias e, em 2014, aumentaram para 44 por cento, mas, entretanto, este valor ainda não conseguiu atingir os 50 por cento; existem algumas concessionárias com apenas 26 por cento dos trabalhadores em actividades correlativas não jogo. A proporção registada entre a área de construção dos casinos e das actividades correlativas não jogo de uma das concessionárias foi de apenas 28 por cento, valor muito inferior ao das restantes concessionárias.

Daí se verifica que não é satisfatório o desempenho de algumas concessionárias no desenvolvimento de actividades correlativas não jogo. Em Dezembro de 2013, em resposta a uma interpelação de um deputado, o Governo afirmou: "O Governo da RAEM continuará a estudar de forma rigorosa os projectos sobre a matéria do jogo e, através de diversas medidas, inclusive a da aplicação do poder de aprovação do número de mesas, irá determinar a autorização, ou não, de novos pedidos apresentados pelas



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concessionárias quanto ao aumento do número de mesas, como forma de incentivá-las a introduzir nas suas actividades mais elementos não relacionados com o jogo”. Entretanto, ao longo destes anos, o Governo não prestou atenção à implementação das referidas medidas e apenas frisou que ia “controlar o aumento anual de mesas de jogo nos futuros dez anos, a contar de 2013, a uma taxa média de 3 por cento”. O pior é que há falta de transparência nos actuais mecanismos de aprovação de mesas.

Neste momento, no Cotai estão a ser construídos alguns grandes projectos de entretenimento, incluindo casinos. Como é que o Governo vai, através da aplicação do poder de aprovação do número de mesas, incentivar as concessionárias a introduzir nas suas actividades mais elementos não relacionados com o jogo? Este é um assunto que merece grande atenção da sociedade.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quais são os actuais procedimentos para o pedido de mesas de jogo? Qual é a entidade responsável? E quais são os respectivos critérios de aprovação? O Governo deve clarificar e divulgar os procedimentos e directrizes de aprovação, com vista à fiscalização do público. Vai fazê-lo?
2. O Governo deve aumentar a transparência da aprovação de mesas de jogo, nomeadamente, logo após a recepção do pedido, deve divulgar junto do público o número e a localização das mesas que estão para



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

aprovação, por forma a reforçar a fiscalização do público. Isso vai ser feito?

3. A sociedade quer que as concessionárias criem mais elementos não jogo, por forma a promover o desenvolvimento diversificado da economia e a proporcionar as mais variadas oportunidades de emprego aos locais. De que medidas concretas dispõe o Governo para incentivar as concessionárias a introduzir mais elementos não relacionadas com o jogo nas suas actividades, através da aplicação do poder de aprovação do número de mesas de jogo? O Governo vai criar índices para indexar o número de mesas ao desempenho das actividades não jogo? O Governo dispõe de mecanismos para avaliar, anualmente, o desempenho das concessionárias, por forma a aumentar ou reduzir o número das suas mesas de jogo?

A Deputada à Assembleia Legislativa,

Lei Cheng I

26 de Maio de 2016